



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

AJUSTE DIRETO - PROCEDIMENTO N.º AD/11/2025

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES: FIXAS, MÓVEIS E DADOS PARA OS SERVIÇOS INTERNOS DO
MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

Índice

PARTE I	5
CLAUSULAS JURÍDICAS	5
CAPÍTULO I.....	5
DISPOSIÇÕES GERAIS	5
Cláusula 1.ª	5
Objeto.....	5
Cláusula 2.ª	5
Elementos do Contrato	5
Cláusula 3.ª	5
Local e prazo do fornecimento dos bens /serviços	5
CAPÍTULO II	5
OBRIGAÇÕES DAS PARTES	5
SECÇÃO I.....	5
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO	6
Cláusula 4.ª	6
Obrigações principais do adjudicatário	6
Cláusula 5.ª	6
Condições do fornecimento dos bens	6
Cláusula 6.ª	6
Receção dos Serviços Prestados.....	6
Cláusula 7.ª	7
Rutura de stock.....	7
Cláusula 8.ª	7
Cumprimento do artigo 419.º - A do CCP.....	7
Cláusula 9.ª	7
Gestor de conta.....	7
Cláusula 10.ª	7
Sigilo e Confidencialidade	7
Cláusula 11.ª	7
Prazo do dever de sigilo	7
SECÇÃO II.....	7
OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE	8
Cláusula 12.ª	8
Preço Contratual	8



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

Cláusula 13.ª	8
Preço Base	8
Cláusula 14.ª	8
Condições de Pagamento	8
CAPÍTULO III	8
RESOLUÇÃO DO CONTRATO	8
Cláusula 15.ª	8
Resolução por parte da Entidade Adjudicante	8
Cláusula 16.ª	9
Resolução por parte do adjudicatário	9
CAPÍTULO IV	9
PENALIDADES	9
Cláusula 17.ª	9
Penalidades contratuais	9
Cláusula 18.ª	10
Força maior	10
CAPÍTULO V	10
DISPOSIÇÕES FINAIS	10
Cláusula 19.ª	10
Legislação aplicável e foro competente	10
Cláusula 20.ª	10
Divergências – Prevalência	10
Cláusula 21.ª	11
Cessão da posição contratual ou Subcontratação	11
Cláusula 22.ª	11
Comunicações e Notificações	11
Cláusula 23.ª	11
Prestação da Caução	11
Cláusula 24.ª	11
Seguros	11
Cláusula 25.ª	11
Contrato Escrito	11
Cláusula 26.ª	12
Gestor do Contrato	12
Cláusula 27.ª	12



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

Contagem dos prazos	12
Cláusula 28.º	12
Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais	12
PARTE II	14
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	14
Cláusula 29.ª	14
Especificações e Requisitos Técnicos	14



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

PARTE I

CLAUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento contratual que tem por objeto principal a aquisição de bens e serviços de comunicações, para os serviços internos do Município de Ponta do Sol, melhor descrito na PARTE II (cláusula 28.ª), do presente caderno de encargos.

Cláusula 2.ª

Elementos do Contrato

- 1 – O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 – O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) O presente Caderno de Encargos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário
- 3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2, o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Local e prazo do fornecimento dos bens /serviços

- 1 - Os bens e serviços serão realizados no concelho da Ponta do Sol, conforme melhor descrito na Cláusula 28.ª do presente Caderno de Encargos.
- 2 - O adjudicatário deverá assegurar a **prestação de serviços no prazo de 24 meses**, a contar da data da celebração do contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato tais como as de sigilo.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, o Adjudicatário obriga-se a prestar os serviços objeto do contrato de acordo com as características e especificações definidas nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.

2 - O Adjudicatário obriga-se também a:

Manter informada a Entidade Adjudicante sobre o decorrer dos trabalhos;

Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Entidade Adjudicante;

Corrigir prontamente os erros e imprecisões identificados pela Entidade Adjudicante, dentro do prazo, por esta fixada.

3 - A responsabilidade de todos os trabalhos incluídos no Contrato será sempre do Adjudicatário e só dele, não reconhecendo a Entidade Adjudicante a existência de quaisquer outros que trabalhem por conta ou em combinação com o Adjudicatário.

4 - A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de rejeitar quaisquer serviços fornecidos pelo Adjudicatário que não apresentem a qualidade e características técnicas exigidas.

5 - A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e logísticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª

Condições do fornecimento dos bens

1 - O duplicado do documento que acompanha a entrega dos bens, é assinada e/ou carimbada pela Entidade Adjudicante, e fica na posse do Adjudicatário, constituindo prova bastante da entrega dos produtos.

2 - A Entidade Adjudicante procede, no momento de entrega dos bens, à verificação das quantidades entregues, bem como certifica que não existem deficiências em termos de armazenamento/ embalagem e transporte. Após verificação, a entidade adjudicante pode:

a) Aceitar os bens mediante condição de, após exame ou durante a utilização, estes cumprirem as características exigidas;

b) Rejeitar total ou parcialmente os bens;

c) Devolver os excedentes;

d) Solicitar a entrega dos bens em falta.

3 - Todos os encargos com a substituição/devolução dos produtos rejeitados, são da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário.

Cláusula 6.ª

Receção dos Serviços Prestados

1 – Durante a execução do contrato, a Entidade Adjudicante, procede à respetiva análise dos elementos referentes à prestação de serviços, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 – Na análise a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve prestar à Entidade Adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

3 – No caso da análise da Entidade Adjudicante a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, a Entidade Adjudicante deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

4 – No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

5 – Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, a Entidade Adjudicante, procedem a nova análise, nos termos do n.º 1.

Cláusula 7.ª

Rutura de stock

No caso de rutura temporária de *stock*, o Adjudicatário deverá propor, dentro do prazo de execução do contrato, a sua substituição, por outros de qualidade idêntica ou superior, não podendo deste facto resultar um acréscimo de custos para a Entidade Adjudicante.

Cláusula 8.ª

Cumprimento do artigo 419.º - A do CCP

O prestador de serviços obriga-se ao cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 9.ª

Gestor de conta

O adjudicatário deverá indicar um responsável para todos os contactos efetuados no âmbito do fornecimento.

Cláusula 10.ª

Sigilo e Confidencialidade

1 – O adjudicatário deverá guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação com a execução, do Contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não poderão ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

SECÇÃO II



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 12.ª

Preço Contratual

1 - Pelos bens/serviços efetivamente fornecidos/prestados, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao Adjudicatário os preços unitários base constantes da proposta adjudicada, até ao limite fixado para cada artigo conforme consta no quadro da PARTE II, do presente caderno de encargos, acrescidos da taxa de IVA em vigor.

2 - Está incluído no preço contratual todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente, quaisquer encargos decorrentes da utilização de patentes, licenças e marcas registadas, bem como, todas as despesas relativas ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega e a devolução dos mesmos.

Cláusula 13.ª

Preço Base

O preço base total é o preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pelo objeto descrito na Cláusula 1.ª, que corresponde a **€ 28.353,11** (vinte e oito mil trezentos e cinquenta e três euros e onze cêntimos), ao qual acresce o Iva à taxa legal em vigor.

Cláusula 14.ª

Condições de Pagamento

1 - As quantias devidas pela entidade adjudicante devem ser pagas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, com observância do n.º 4 do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, após a receção pela Entidade Adjudicante das respetivas faturas.

2 - A fatura deve ser acompanhada de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.

3 - Em caso de discordância da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 - Só será devido o preço referente aos bens efetivamente entregues e aceites.

5 - A fatura é emitida em nome do Município de Ponta do Sol, sita na Rua de Santo António, n.º 5, 9360-219 Ponta do Sol, onde deve constar obrigatoriamente o número de compromisso e número do contrato.

6 - O pagamento será efetuado por transferência bancária.

7 - Após boa cobrança, o respetivo recibo será entregue à Entidade Adjudicante.

CAPÍTULO III

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.ª

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Entidade Adjudicante poderá resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo atraso na entrega dos bens objeto do contrato, por um prazo superior a um terço do prazo previsto no Contrato, ou declaração escrita do Adjudicatário de que o



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

atraso respetivo excederá esse prazo.

2 – Para além dos motivos definidos na legislação, são motivo de rescisão do Contrato por parte da Entidade Adjudicante:

- a) Incumprimento do prazo da entrega dos bens/serviços;
- b) Recusa, por parte do Adjudicatário, na devolução /substituição dos bens que não foram aceites pela Entidade Adjudicante;
- c) Recusa, por parte do Adjudicatário, de cumprimento das instruções que lhe forem dadas pelo Gestor do Contrato, no sentido do cumprimento do Caderno de Encargos
- d) Reiterada inobservância das disposições contratuais ou do Caderno de Encargos, ou má-fé do Adjudicatário;

3 – O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

Cláusula 16.ª

Resolução por parte do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Adjudicatário poderá resolver o Contrato quando qualquer montante que lhe seja devido, esteja em dívida e seja mais de 50% do preço contratual, excluindo juros.

2 – Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução poderá ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

CAPÍTULO IV

PENALIDADES

Cláusula 17.ª

Penalidades contratuais

1 - No caso de se verificarem incumprimentos às obrigações contratuais do Adjudicatário previstas no âmbito deste caderno de encargos, nomeadamente o incumprimento dos prazos de entrega, a entidade adjudicante poderá aplicar uma multa pecuniária a descontar no pagamento da fatura, no valor de 2% de desconto do valor dos bens a entregar por cada dia de atraso.

2 - Quando se verifiquem atrasos superiores a 10 dias úteis na entrega dos bens, a Entidade Adjudicante, poderá anular, total ou parcialmente, o seu pedido, sendo a multa a aplicar calculada com base no valor inicial da encomenda.

3 - O fornecimento de bens em quantidades inferiores às encomendadas ou com qualidade deficiente terá um efeito suspensivo na faturação e pagamento do valor total da encomenda até que a situação em causa se mostre normalizada.

4 - De igual modo, a existência de erros na faturação, bem como o incumprimento do disposto nas alíneas da Cláusula 4ª, suspenderá o pagamento da correspondente fatura até à regularização da situação.



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

Cláusula 18.ª

Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, pandemias; sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 19.ª

Legislação aplicável e foro competente

1 – Em tudo o que o Contrato for omissivo observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável e, em qualquer caso, sempre a Lei portuguesa.

2 – Para todas as questões emergentes do Contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal.

Cláusula 20.ª

Divergências – Prevalência

1 – Em caso de dúvidas e divergências que possam existir entre os vários documentos do presente Contrato prevalece em primeiro lugar o texto do Contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e o Convite, e em



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

último lugar a Proposta do Adjudicatário.

2 – Em casos de divergência entre documentos escritos e gráficos, os escritos prevalecem.

Cláusula 21.ª

Cessão da posição contratual ou Subcontratação

1 – O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou subcontratar qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato sem autorização da Entidade Adjudicante.

2 – Para efeitos de autorização prevista no número anterior, deverá:

- a) Ser apresentada pelo cessionário ou subcontratado toda a documentação exigida ao Adjudicatário no presente procedimento;
- b) A Entidade Adjudicante deverá apreciar, designadamente, se o cessionário ou subcontratado não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do Contrato.

Cláusula 22.ª

Comunicações e Notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.ª

Prestação da Caução

Não será exigida prestação de caução.

Cláusula 24.ª

Seguros

É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos relativos à prestação dos bens.

Cláusula 25.ª

Contrato Escrito

O contrato será reduzido a escrito, nos termos do artigo 94.º do CCP.



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

Cláusula 26.ª

Gestor do Contrato

- 1- A execução do contrato será permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato, designado pela entidade adjudicante. Será também designado o suplente do gestor do contrato, que o irá substituir em caso de indisponibilidade ou impedimento.
- 2- O gestor do contrato tem as competências previstas no artigo 290.º-A do CCP.

Cláusula 27.ª

Contagem dos prazos

- 1 – Os prazos previstos no Contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.
- 2 – O período durante o qual o Adjudicatário realiza qualquer tipo de correções devidas não suspende os prazos em curso, designadamente o prazo para entrega dos trabalhos.

Cláusula 28.ª

Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais

1. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. Os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.
3. O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante.
4. No caso em que o adjudicatário seja autorizado pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
5. O adjudicatário obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto no Regime Geral de Proteção de Dados Pessoais (doravante designada por RGPD) e na demais legislação nacional aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que adjudicatário celebra com outras entidades por si subcontratadas.
6. O adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto no RGPD e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
 - b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
 - d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - e) Por em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;

f) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8. Para efeitos do disposto nos números anteriores da presente cláusula entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao cocontratante, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador.

9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

10. A entidade adjudicante compromete-se a cumprir integralmente e sem reservas o estipulado no Regime de Proteção de Dados e demais legislação aplicável.



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

PARTE II

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 29.^a

Especificações e Requisitos Técnicos

I. Aquisição de serviços

1- COMUNICAÇÕES DE VOZ E INTERNET

1.1. Pretende-se a aquisição de serviços que contemplem as seguintes características:

SERVIÇOS INCLUÍDOS POR TIPO DE UTILIZADOR	UTILIZADOR FIXO	UTILIZADOR FIXO+MÓVEL	UTILIZADOR MÓVEL
Comunicações entre utilizadores	•	•	•
Acesso de utilizador a portal de gestão e monitorização do serviço	•	•	•
Upgrades novas funcionalidades	•	•	•
Numeração Associada	Geográfica	Geográfica / Móvel	Móvel
Funcionalidades de Central Telefónica nos seguintes equipamentos	Telefone Fixo / SoftPhone	Telefone Fixo / Móvel / SoftPhone	Telemóvel

1.2. Os quais devem incidir sobre os seguintes locais:

Local	Morada
Paços do Concelho	Rua St. António nº 5, 9360-219 Ponta do Sol
Loja do Município	Rua Príncipe D. Luís nº 8, 9360-218 Ponta do Sol
Biblioteca	Rua Príncipe D. Luís nº 16, 9360-218 Ponta do Sol

1.3. Serviços e equipamentos discriminados ou equivalentes a fornecer:

Serviços	
Voz fixa	Qtd.
Utilizadores Fixos	64
Canais Voz Flat Rate TOTAL	8
IVR + Fax Online	1
Redes	Qtd.
Fibra Internet 500M/100M	2



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

Equipamentos	Qtd.
ROUTER HUAWEI AR611EW ou equivalente	2
SWITCH HUAWEI S5735-L-V2 48*GE RJ45 PoE+ SFP ou equivalente	1
SWITCH CISCO CBS350-8FP-2G-EI_I Managed BP GE Full PoE+ ou equivalente	1
S5700-28P-PWR-LI-AC (24 Ethernet 10/100/1000 PoE+ ports) ou equivalente	1
SG300-28MP 28-port GE Max-PoE M. switch ou equivalente	1
Access Point Aruba 505 ou equivalente	2
Yealink IP Phone T31P ou equivalente	50
Yealink IP Phone T461J ou equivalente	2
Yealink DECT IP Phone W73P ou equivalente	12

1.3.1. Os equipamentos constantes da tabela acima são meramente indicativos para fins de determinação das funcionalidades requeridas, sendo que o custo da disponibilização dos mesmos esta incluída na mensalidade.

1.4. Tarifário Aplicável – Valor unitário Base

1.4.1- As chamadas originadas na rede fixa deverão contemplar 4.000 minutos/mês por canal de voz o que totaliza 32.000 minutos/mês para os **destinos fixos e móveis nacionais** e 1.000 minutos/mês por canal de voz para os destinos internacionais.

1.4.2- As chamadas acima dos valores referidos na alínea anterior deverão ser taxadas de acordo com o tarifário em vigor à data em que ocorram.

1.5. Serviços adicionais – Menu IVR de 3 níveis e Fax Online, cujo custo deverá ser incluído no valor da mensalidade.

2- PACOTES FIBRA

TIPO DE ACESSO	SERVIÇO	MORADA	COD. POSTAL
Internet/Voz	Pacote Fibra (200M/100M)	Estrada Regional nº 222 (Armazém Municipal)	9360-535 - Ponta do Sol
Internet/Voz	Pacote Fibra (200M/100M)	Estrada do V Centenário (Parque de Estacionamento)	9360-500 - Ponta do Sol
Internet/Voz/TV	Pacote Fibra (200M/100M)	Rua St. António nº 5 (Paços do Concelho)	9360-219 - Ponta do Sol



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

2.1- Os *pacotes* fibra devem incluir a oferta das boxes e equipamento telefónico.

2.2 – Cada *pacote* fibra, deverá incluir chamadas ilimitadas para redes fixas nacionais e 1000 minutos para 50 destinos internacionais das 21 horas às 9 horas.

2.3 – Os consumos extra plafond serão tarifados tendo em conta os valores base seguintes:

Destinos	Tempo Inicial		Após tempo inicial
	Preço base	Crédito de tempo	Preço base por minuto
Rede fixa (Qualquer operadora)			
Local Nacional VOIP Nómada.	0,070€	60 segundos	0,070€
Redes Móveis			
Meo Rede Móvel, Plone-ix (CTT), Vodafone, Zon Mobile, Lycamobile e Optimus.	0,081€	60 segundos	0,081€

3- OUTRAS COMUNICAÇÕES FIXAS

Nº ACESSO	Quantidade	SERVIÇO	MORADA	COD. POSTAL
291 972 326	1	Linha Analógica + Barramento	Caminho da Achada (Campo Municipal Futebol)	9360-011 Canhas
291 973 037	1	Barramento	Estrada Regional nº 222 (Armazém Municipal)	9360-535 - Ponta do Sol
291 974 270	1	Linha Analógica (Elevador)	Estrada do V Centenário (Parque de Estacionamento)	9360-500 - Ponta do Sol
291 976 294	1	Linha Analógica (TPA- Tesouraria)	Rua St. António nº 5 (Paços do Concelho)	9360-219 - Ponta do Sol

3.1- Nas comunicações fixas devem incluir a oferta do Equipamento Telefónico.

4- VOZ MÓVEL



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

Nº ACESSO	Secção	SERVIÇO
925606629	Encarregado Armazém	5GB - 1000 minutos
925790700	Ação Social	5GB - 1000 minutos
961388402	Encarregado Unidade de Ambiente e Serviços Urbanos	5GB - 1000 minutos
961772348	Fiscalização	1000 minutos
962025555	Encarregado	5GB - 1000 minutos
962746691	Fiscalização	2GB - 1000 minutos
963691971	Chefe Unidade de Ambiente	5B - 1000 minutos
964489645	Serviços de Águas	5GB - 1000 minutos
964489648	Organização e Gestão de Eventos	5GB - 1000 minutos
964489649	Proteção Civil	5GB - 1000 minutos
964732362	Canalizador	1000 minutos
964734846	Canalizador	1000 minutos
964888141	Águas	5GB - 1000 minutos
967078642	Encarregado	10GB - 1000 minutos
969880677	Tesoureiro	1000 minutos
969880678	Contabilidade	1000 minutos
961320115	CPCJ	1000 minutos

4.1- Comunicações Incluídas no plafond€

TIPO DE COMUNICAÇÕES INCLUÍDAS NO PLAFOND	DESTINO DAS CHAMADAS
Voz	Todos os destinos nacionais
SMS	Todos os destinos nacionais

4.1.1 – Os SMS para redes nacionais correspondem a 1 minuto do plafond mensal, após esgotar o plafond, cada SMS é cobrada ao mesmo preço do minuto.

4.1.2 – O valor de dados móveis extra plafond é de 1,62€/dia e corresponde a 250MB de plafond diário.

4.2- Comunicações “Intra-Conta”

ORIGEM - DESTINO	Incluído no plafond
Voz Móvel: Origem Rede Móvel - Rede Móvel “Intra-conta”	Sim
SMS: Origem Rede Móvel - Rede Móvel “Intra-conta”	Sim



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

4.3- Comunicações fora do plafond

4.3.1. A Entidade Adjudicante fixa o montante máximo de € 60,00 (sessenta euros) por mês, para pagamento de consumos extra plafonds, de acordo com os valores unitários constantes na proposta e nunca superiores aos tabelados no ponto 4.3.4. seguinte do presente caderno de encargos;

4.3.2. As comunicações extra plafond só poderão ser realizadas mediante autorização, por e-mail, do gestor do contrato;

4.3.3. O valor mensal para consumos extra plafond pode ser utilizado para a contratação de serviços adicionais consoante as necessidades da entidade adjudicante carecendo de autorização por escrito do gestor do contrato;

4.3.4. Os preços base a aplicar das comunicações extra plafond, autorizadas, são os seguintes:

Destinos	Tempo Inicial		Após tempo inicial
	Preço Base	Crédito de tempo	Preço base por minuto
Rede fixa (Qualquer operadora)			
Local Nacional VOIP Nómada	0,070 €	60 segundos	0,070 €
Redes Móveis			
Meo Rede Móvel Plone-ix (CTT), Vodafone, Zon Mobile, Lycamobile e Optimus	0,081 €	60 segundos	0,081 €

Este documento, bem como todas as peças do procedimento, foi assinado digitalmente pelo órgão responsável pela decisão de contratar no momento da aprovação de abertura do procedimento.

A Presidente da Câmara Municipal

(Célia Pecegueiro)